

TECNOLOGIA

Google lista sites que criam as imagens íntimas falsas de mulheres e crianças

Sites de “nudify” ou “deep nude” usam modelos de inteligência artificial generativa e técnicas de deepfake para produzir imagens sexualizadas falsas de pessoas reais

O mecanismo de busca do Google lista sites e aplicativos que permitem “tirar a roupa” de fotos de mulheres e crianças sem consentimento, mostra estudo da FGV do Rio. O buscador também recomenda plataformas semelhantes por meio do recurso de autocompletar texto e de links adicionais.

Sites de “nudify” ou “deep nude” usam modelos de inteligência artificial generativa e técnicas de deepfake para produzir imagens sexualizadas falsas de pessoas reais, permitindo que usuários comuns criem versões manipuladas que simulam nudez ou atos sexuais.

“A indexação desses sites pelo Google amplifica exponencialmente o alcance de tecnologias de abuso, facilitando violência de gênero online e abuso infantil em escala industrial. A veloci-

dade de disseminação exige intervenção imediata pela empresa, considerando que medidas similares já foram adotadas para o combate à distribuição de imagens de abuso sexual infantil e terrorismo”, diz Yasmin Curzi, professora da FGV do Rio que coordenou o estudo.

Em nota, o Google afirmou que “trabalha constantemente para desenvolver novas proteções na busca que ajudem pessoas afetadas por esse tipo de conteúdo, evoluindo as políticas já existentes da plataforma”.

O estudo propõe que o Google desindexe esses sites, a exemplo do que faz com sites com imagens íntimas não consensuais e de material de abuso sexual infantil.

“Tais ferramentas (nudify) são estruturalmente vocacionadas à produção de imagens íntimas não consensuais e de imagens de abuso sexual

de crianças”, diz o relatório.

“A indexação dessas ferramentas e sites pelo Google não apenas facilita acesso massivo a ferramentas de abuso, mas legitima sua existência ao tratá-las como conteúdo convencional.”

FILTROS ALGORÍTMICOS

Os pesquisadores também recomendam a implementação de filtros algorítmicos para impedir indexação futura de sites similares e a remoção da função de “autocompletar” com sugestões para termos relacionados a “nudify”, “undress AI”, “deepnude” e variantes.

Sites e aplicativos de “nudify” potencialmente violam a Lei Geral de Proteção de Dados, por usar imagens de pessoas sem consentimento, e o artigo 21 do Marco Civil da Internet, que prevê a remoção, a partir de notificação privada, de conteú-



do de nudez ou atos sexuais privados sem autorização. A jurisprudência brasileira já equipara deepfakes sexuais a imagens íntimas não consentidas.

O Google disse também em comunicado que o mecanismo de busca “conta com ferramentas simplificadas

para que qualquer pessoa solicite a remoção desse tipo de conteúdo” dos resultados.

“Além das remoções mediante denúncia, atualizamos continuamente nossos sistemas de ranqueamento para reduzir a visibilidade de pornografia sintética e rebaixar sites infratores.”

Empresa alega ter removido milhares de publicações e suspenso centenas de contas

Em resposta às autoridades, a empresa afirmou ter removido milhares de publicações e suspenso centenas de contas por violação às suas políticas, além de declarar a adoção de medidas de segurança. Mas, na avaliação da ANPD e dos outros órgãos, as informações apresentadas não foram acompanhadas de evidências concretas, relatórios técnicos ou mecanismos de monitoramento que permitam aferir sua efetividade.

Depois disso, Senacon e ANPD determinaram que o X implemente, de forma imediata, medidas aptas a impedir a produção, a partir do Grok, de conteúdo sexualizado ou erotizado de crianças e adolescentes e de adultos que não expressem consentimento, além de prestação de informações sobre as providências já adotadas.

O prazo para a resposta do Grok vence no final deste mês. Em caso de descumprimento das determinações, a empresa estará sujeita a pro-

cesso administrativo e multa diária, além de ação pelo crime de desobediência.

“Queremos a suspensão imediata do Grok, os consumidores estão sendo lesados todos os dias”, diz Cruz, do Idec. “Não queremos que o serviço continue no ar enquanto se aguarda a resposta da empresa. Quando há um problema com um carro ou medicamento, enquanto se aguarda a resposta, a venda dos produtos fica suspensa. O digital não tem por que ser diferente.”

Em resposta às autoridades, a empresa afirmou ter removido milhares de publicações e suspenso centenas de contas por violação às suas políticas, além de declarar a adoção de medidas de segurança. Mas, na avaliação da ANPD e dos outros órgãos, as informações apresentadas não foram acompanhadas de evidências concretas, relatórios técnicos ou mecanismos de monitoramento que permitam aferir sua efetividade.

Depois disso, Senacon e

ANPD determinaram que o X implemente, de forma imediata, medidas aptas a impedir a produção, a partir do Grok, de conteúdo sexualizado ou erotizado de crianças e adolescentes e de adultos que não expressem consentimento, além de prestação de informações sobre as providências já adotadas.

O prazo para a resposta do Grok vence no final deste mês. Em caso de descumprimento das determinações, a empresa estará sujeita a processo administrativo e multa diária, além de ação pelo crime de desobediência.

“Queremos a suspensão imediata do Grok, os consumidores estão sendo lesados todos os dias”, diz Cruz, do Idec. “Não queremos que o serviço continue no ar enquanto se aguarda a resposta da empresa. Quando há um problema com um carro ou medicamento, enquanto se aguarda a resposta, a venda dos produtos fica suspensa. O digital não tem por que ser diferente.”

Nudificação via IA

A nudificação via IA se disseminou a partir do ano passado com o Grok, o chatbot do X, antigo Twitter, que permite a geração dessas imagens. O aumento de casos de nudez não consentida gerado pelo Grok levou a Indonésia e a Malásia a bloquearem o acesso ao X. O Reino Unido abriu uma investigação formal sobre a criação de deepfakes sexualizados de mulheres e crianças pelo aplicativo.

Em janeiro deste ano, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o Ministério Público Federal (MPF), recomendaram que o X adotasse uma série de medidas contra a divulgação de imagens sexualizadas de mulheres reais.

A recomendação solicitava a suspensão imediata das contas por trás da geração de imagens íntimas sem consentimento, a criação de procedimentos técnicos e operacionais para identificar e remover conteúdos sintéticos sexualizados que ainda estejam na plataforma, além de um canal de denúncias e um relatório de impacto.

